

ROTEIRO DE ESTUDO/ATIVIDADES

UME: Mário de Almeida Alcântara

ANO: 8º. Ano A, B e C COMPONENTE CURRICULAR: História

PROFESSOR(ES): Maria de Fátima Santos Conde Amieiro

PERÍODO DE 14/09/2020 a 25/09/2020.

Neste primeiro momento realize a leitura do material impresso da disciplina de história. Para reforçar o conteúdo impresso proposto sugiro fazer algumas pesquisas paralelas, se possível, na internet em site confiáveis.

Pense um pouco...

- Prezados alunos dando continuidade aos nossos estudos, façam a leitura do texto abaixo e depois respondam as questões no caderno de História. Por favor copiem as questões para termos um melhor entendimento. Não esqueçam de colocar a data da atividade. Após realizarem a mesma favor enviar para o seguinte e-mail: fatimacondeamieiro@gmail.com ou pelo mensseger.
- Estou à disposição para quaisquer dúvidas.

Primeiro Reinado no Brasil

O Primeiro Reinado (1822-1831) marcou os anos iniciais do Brasil como nação independente após o processo de independência ter sido conduzido por intermédio de D. Pedro I. Com esse acontecimento, o Brasil transformou-se em uma monarquia - a única da América Latina - e foi governada por D. Pedro I de maneira autoritária.

Independência do Brasil

O processo de independência do Brasil foi resultado das pressões exercidas pelas cortes portuguesas sobre D. Pedro I, que se tornou regente do Brasil quando seu pai, D. João VI, retornou para Portugal em 1821. As cortes portuguesas haviam sido formadas durante a Revolução Liberal do Porto e

pressionavam as autoridades reais por mudanças em Portugal.

Essas pressões sobre o regente levaram-no à liderança do processo de ruptura entre Brasil e Portugal. Assim, incentivado por D. Leopoldina e José Bonifácio, o próprio D. Pedro I declarou a independência do Brasil no dia 7 de setembro, às margens do Rio Ipiranga. Seguiu-se, então, uma guerra de independência travada em diferentes partes do Brasil, com combates de baixa intensidade.

A independência do Brasil apenas foi de fato reconhecida por Portugal em 1825, após as negociações mediadas pela Inglaterra que previam o pagamento de dois milhões de libras como indenização e a exigência de que o Brasil não reivindicasse, incentivasse ou liderasse a independência de outras colônias portuguesas.

Com a independência do Brasil, D. Pedro foi coroado imperador sob o nome de D. Pedro I. Isso fez da nação uma monarquia - a única existente na América Latina após os processos de independência. A escolha pelo regime monárquico foi explicada pelos historiadores como falta de interesse das elites do sudeste brasileiro em realizar as mudanças no quadro socioeconômico que um eventual sistema republicano poderia gerar.

Acontecimentos do Primeiro Reinado

Os primeiros dois anos do Brasil como nação independente tiveram como principal debate (além da procura pelo reconhecimento internacional) a elaboração de uma constituição para o país. Esse documento seria elaborado por uma [Assembleia] Constituinte que havia sido escolhida em eleições realizadas após a independência.

A Constituinte assumiu suas funções em maio de 1823, e a elaboração da Constituição gerou desentendimentos profundos entre os deputados e D. Pedro I. O grande debate era acerca do alcance dos poderes políticos do imperador. Os constituintes queriam que os poderes do imperador fossem limitados e que ele não tivesse a permissão de dissolver a Constituinte quando bem entendesse. Essa postura dos constituintes, de procurar limitar o poder real, naturalmente, gerou insatisfação em D. Pedro I, que defendia que seu poder fosse centralizador e autoritário sobre a nação.

Essa disputa entre os constituintes e o imperador resultou em um evento conhecido como Noite da Agonia. No dia 12 de novembro de 1823, por ordens de D. Pedro I, militares invadiram a Assembleia Constituinte e prenderam os deputados opositores do imperador. Com isso, a constituição que havia sido elaborada foi barrada por D. Pedro I.

Essa medida de D. Pedro I aconteceu porque, em setembro do mesmo ano, a Constituinte havia finalizado a elaboração da constituição que, além de possuir um caráter liberal, também

limitava os poderes reais. A partir da prisão de seus opositores e da impugnação desse documento, D. Pedro I formou um Conselho de Estado e passou a elaborar uma constituição que lhe agradasse.

A constituição elaborada por D. Pedro I e seu conselho foi outorgada, isto é, foi imposta por vontade do imperador no dia 25 de março de 1824. Portanto, a primeira constituição brasileira foi produto do autoritarismo e definida de cima para baixo. Esse conjunto de regras também possuía alguns princípios liberais, porém dava poderes irrestritos ao imperador brasileiro.

A Constituição de 1824 tinha como principais fundamentos estabelecidos:

Existência de quatro poderes:

o executivo, legislativo, judiciário e o poder moderador. O poder moderador representava unicamente a figura do imperador e cedia-lhe direitos políticos plenos.

O imperador foi considerada figura sagrada e inviolável.

Forma de governo escolhida foi a monarquia, com a transmissão do poder feita de maneira hereditária.

As eleições foram estabelecidas como indiretas, e o direito ao voto era censitário, ou seja, foram estabelecidos critérios de renda para determinar quem teria direito ao voto. Além desses critérios, foi estabelecido que somente homens livres e com mais de 25 anos poderiam votar.

A constituição também garantiu alguns direitos individuais importantes, como tolerância religiosa (foi permitido o culto privado a outras religiões que não fossem o catolicismo), proteção à propriedade privada etc.

Responda:

- 1) Como ocorreu a Independência do Brasil?
- 2) Explique por que Portugal só reconheceu a independência do Brasil em 1825.
- 3) Por que a elaboração da Constituição gerou profundos desentendimentos?
- 4) Quais foram os principais fundamentos estabelecidos na primeira constituição?